

foto: Lucas Silva



**Inesc**

# Orçamento e Direitos no Tapajós

**Parte 2**

# Apresentação

**N**a **Parte II** desta cartilha, são apresentadas mais informações sobre as receitas e as despesas do orçamento municipal de Itaituba. O material oferece elementos adicionais para pensarmos a região do Tapajós, incluindo os municípios de Trairão, Rurópolis, Jacareacanga, Aveiro e Novo Progresso<sup>1</sup>.

Os dados aqui reunidos nos permitirão dialogar sobre questões importantes para fortalecer a luta por direitos, entre elas:

- › Que espaço sobra no orçamento municipal para políticas públicas orientadas para melhorar a vida das pessoas?
- › Para onde vai a parte do orçamento público que depende de escolhas políticas locais?

---

<sup>1</sup> No anexo estão disponíveis os dados de todos os municípios. NOTA: vamos resolver se anexo será diagramado ou colocaremos uma tabela com link na publicação.

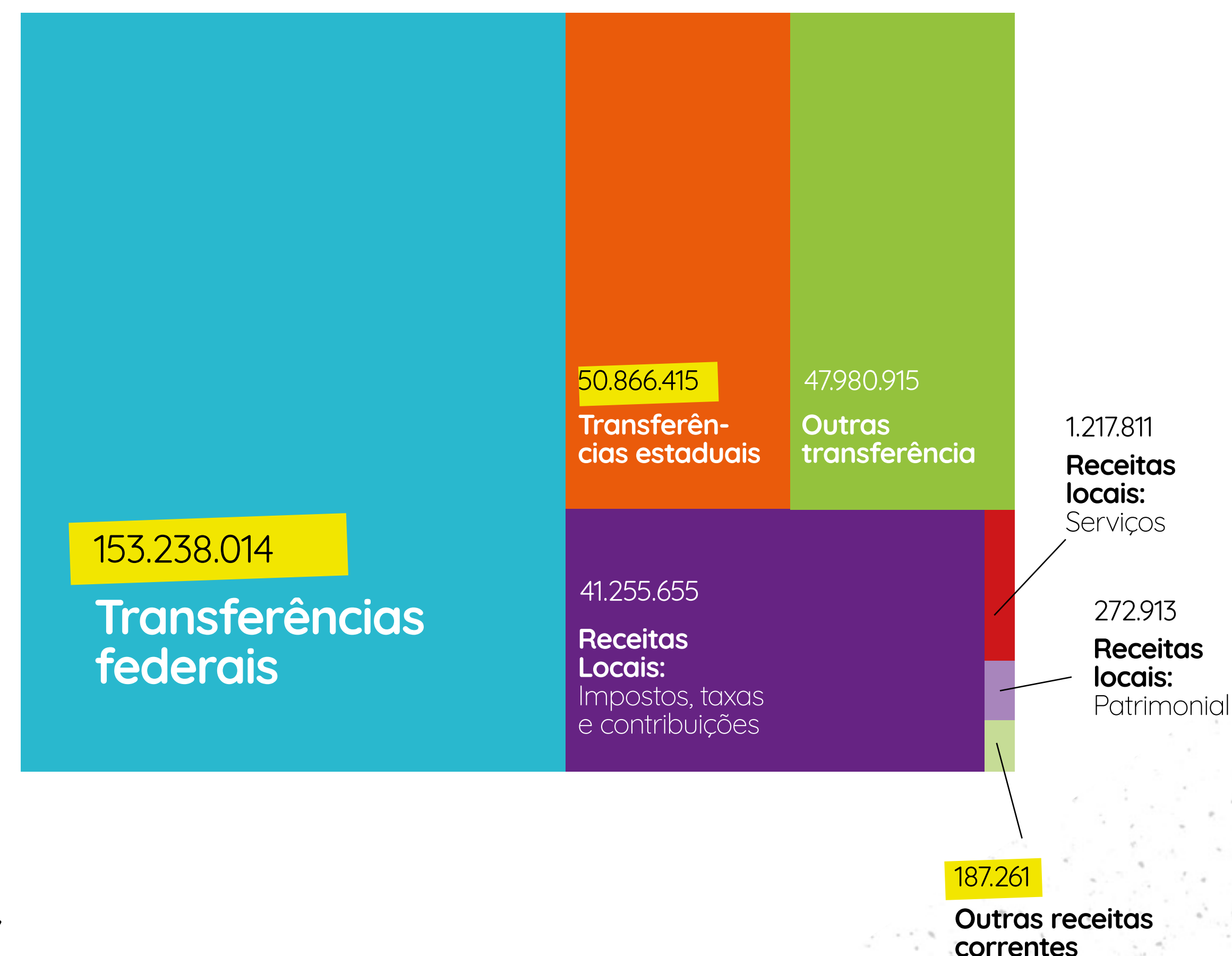
- Os gastos da prefeitura refletem as necessidades da população e as lutas locais por direitos?
- O que podemos fazer para que o orçamento público esteja a serviço das pessoas?

# Olhando para as receitas orçamentárias de Itaituba

Vamos agora olhar com mais detalhe o orçamento do município **de Itaituba**. E lembre-se, os dados de Trairão, Rurópolis, Jacareacanga, Aveiro e Novo Progresso estão no anexo desta publicação.

Como já vimos na Parte I, em 2020, as receitas totais do município de Itaituba foram de R\$ 295 milhões.

**VAMOS OLHAR AGORA COMO ESSA RECEITA É COMPOSTA?**



Como vemos, esse valor é formado por diferentes tipos de receitas.

Em primeiro lugar, com 52% do montante total, temos as **transferências federais**. A maior parte delas é definida por lei. Isso quer dizer que as transferências relativas a saúde, educação, assistência, royalties e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são obrigatórias.

Existem também outras transferências federais que dependem de decisões políticas. Por exemplo, em 2020, o governo federal se viu obrigado a adotar medidas para com-

bater a pandemia de covid-19, o que aumentou as transferências para os municípios.

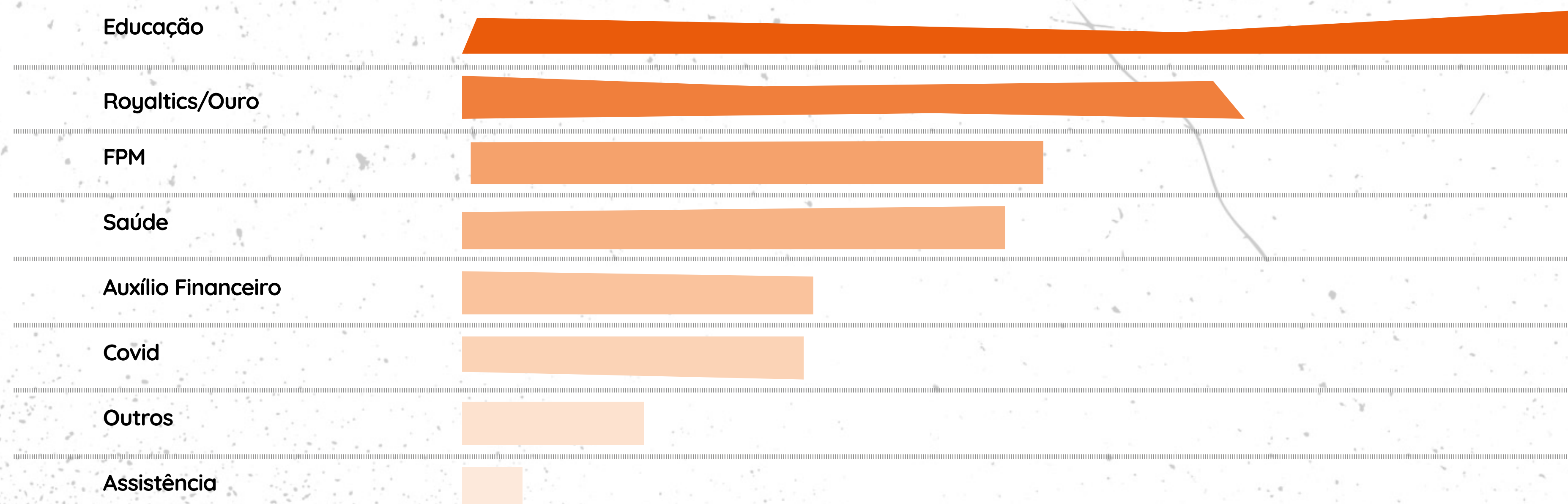
Em segundo lugar, com 17% do total, temos as **transferências estaduais**. São, em sua maioria, repartições de receita dos estados para seus municípios, como é o caso das transferências vinculadas ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ao IPVA (Imposto sobre Veículos Automotivos).

Ou seja, essas duas formas de transferência (federal e estadual) representam juntas **quase 70% das receitas de Itaituba**.

Em terceiro lugar, com 14% do total, temos as **receitas locais**, ou seja, as receitas do município que advêm das atividades econômicas, dos serviços e do pagamento de taxas e contribuições recolhidas no local.

Por seu tamanho e por sua importância, vale a pena vermos como são compostas as **transferências federais**.

Transferências federais para Itaituba em 2020 (em R\$ milhões)



➤ As políticas de educação (com 34%) e saúde (com 11,5%) representam juntas a maior parte das transferências. Ou seja, o uso de grande parte dos recursos das transferências federais (45,5%) está vinculado a **despesas obrigatórias** com educação e saúde. Isso quer dizer que esse dinheiro já vem carimbado para a prefeitura, para garantir direitos que são fundamentais.

Também podemos ver que uma parte dos valores transferidos é constituída pelos chamados royalties ou Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). É a segunda maior transferência, com R\$ 33,53 milhões, o que equivale a 23% do valor total. Esses recursos se originam da exploração de ouro e seu uso pode ser defi-

nido localmente, ou seja, o prefeito é quem define como vai gastar.

**Atenção:** Para saber mais como esse dinheiro é arrecadado e como as prefeituras gastam, sem transparência e sem envolver a população na definição de prioridades, conheça o Projeto **“De olho na CFEM”**.



Existem também as **transferências voluntárias**, aquelas que não são obrigadas por lei. É o caso, por exemplo, das transferências realizadas em função da pandemia.

## O QUE DESCOBRIMOS SOBRE AS RECEITAS DO MUNICÍPIO?

Os dados nos mostram que as receitas locais de Itaituba, assim como aquelas dos demais municípios, são baixas. Por que isso acontece? A resposta pode estar em dois

principais fatores que também podem aparecer combinados:

- Os setores econômicos formalizados que pagam impostos locais são poucos.
- Muitas das atividades econômicas locais atuam na informalidade, como é o caso do garimpo ilegal do ouro e da exploração ilegal de madeira.

Para continuar essa conversa, vamos pensar na situação econômica e social da população de **Itaituba**.



## Vamos refletir juntos:

- › Como o quadro econômico e social do município de Itaituba se relaciona com o orçamento público municipal?
- › Por que um município onde operam tantas empresas de infraestrutura e circulam milhões de reais possui uma arrecadação própria tão pequena?

## ALGUMAS “PROVOCAÇÕES” PARA ANIMAR A REFLEXÃO:

- › É visível a presença de grandes empresas transnacionais, com suas infraestruturas que movimentam bilhões de reais em cargas de commodities, especialmente soja. O pesado trânsito dos caminhoneiros pela BR-163 e a presença massiva de representantes dos seus interesses na vida política do município são também desdobramentos do papel da infraestrutura na dinâmica da região.
- › Dados do Cadastro Único do Governo Federal (CAD Único) de 2020 mostram que, de uma população total es-

timada em 101.395 habitantes, 46.155 habitantes são extremamente pobres. Isso significa que 46% da população de Itaituba é extremamente pobre.

- › Ou seja, a pobreza e a fragilidade das políticas públicas contrastam com a percepção da população local de que circulam muito dinheiro e muito poder no município.
- › O que parece, portanto, é que todo o dinheiro movimentado pela infraestrutura não muda o quadro geral do município, que é marcado pela pobreza e pela baixa receita orçamentária.

# Olhando as despesas no orçamento de Itaituba

Já vimos que a maior parte das receitas do município é composta por transferências (federais e estaduais) e que grande parte delas é definida em lei, prezando por direitos fundamentais, como saúde, educação e assistência social. Esses gastos são imprescindíveis, e sabemos que podem ser feitos de forma eficiente ou não e desviados por corrupção. Assim, a transparência por parte dos agentes públicos e o controle social no uso desse dinheiro são de extrema importância.

Além disso, vimos que existe uma parcela, embora pequena, do orçamento público municipal que é gasto conforme escolhas políticas do governo de plantão.

Algumas questões ajudam a pensar-mos juntos as despesas no orçamento municipal:

- Que espaço sobra no orçamento municipal para fazer políticas públicas para melhorar a vida das pessoas?
- Para onde vai a parte do orçamento público que depende de escolhas políticas locais?
- Os gastos da prefeitura refletem as necessidades da população e as lutas locais por direitos?

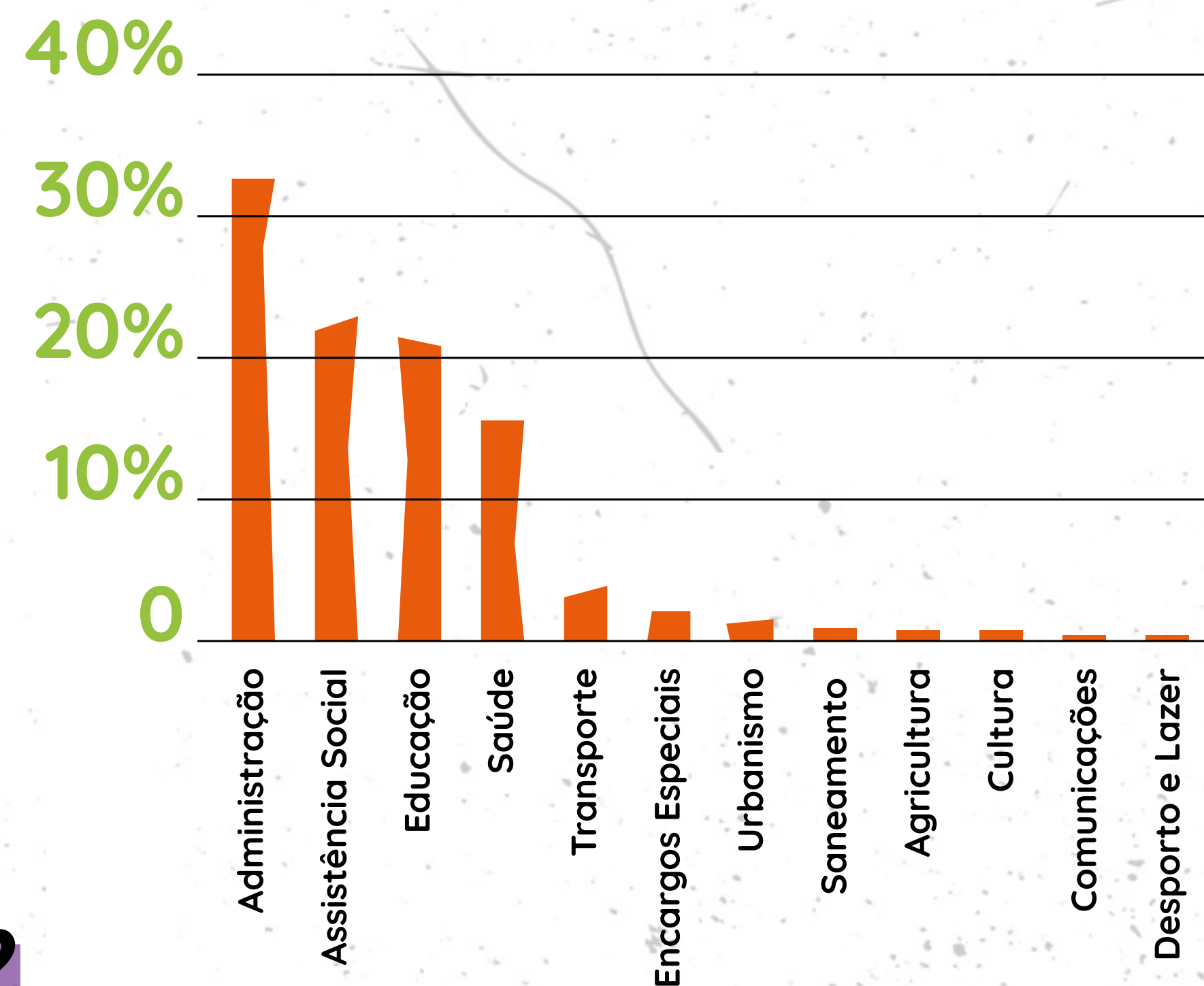
Esses pontos devem ser considerados em um ano de normalidade orçamentária, já que 2020 e 2021 são excepcionais devido à pandemia de covid-19.

Para refletir sobre tais questões, podemos observar os dados abaixo, que mostram como as despesas foram distribuídas entre as chamadas **Funções Orçamentárias** no ano de 2019 (que são os dados que temos disponíveis).

educação,  
saúde,  
assistência,  
cultura etc...

➤ Diante do quadro econômico, social e orçamentário de Itaituba (que se repete em muitos municípios do Pará e da Amazônia), o que podemos fazer?

### DESPESAS POR FUNÇÃO - ITAITUBA (2019)



A esta altura da cartilha, já vimos que, nessa conversa de orçamento, números vão e vêm, e demoramos muito para chegar aonde mais interessa: “Para onde está indo o orçamento público e por que eu não vejo esse dinheiro?”

É difícil responder a essa pergunta por um motivo simples: as prefeituras, em sua grande maioria, não são transparentes e os dados que elas mostram sobre o orçamento nos seus sites são muito ruins. Na verdade, mais escondem do que mostram. Muitas vezes, as poucas pessoas que tentam entendê-los acabam desistindo no meio do caminho.

Mas nós, do Inesc, com a ajuda de profissionais de Tecnologia da Informação (TI), encontra-

mos um caminho **(que deveria ser seguido pelas prefeituras)** para tornar a execução do orçamento mais transparente. Descobrimos algumas coisas que compartilhamos aqui, como exemplos para animar a conversa:

- **Dentro da Função Orçamentária “Assistência Social”, existe um programa denominado “Promoção do Trabalho e Geração de Renda”, mas o valor é muito pequeno. Foram gastos apenas R\$ 2,6 milhões, o que representa apenas 1% dos gastos realizados no ano.**
- **Ainda dentro dessa mesma Função, somente 1% foi gasto para a “Manutenção do Abrigo para Crianças e Adolescentes”.**

- › Na Função Orçamentária “Educação”, foram gastos apenas R\$ 51 mil reais (0,02% dos gastos de 2019) para a “Construção de Escolas Fundamentais na Zona Rural e Comunidades Indígenas”.
- › Já para a “Manutenção do Aeroporto Municipal”, que faz parte da Função “Transporte”, foram gastos R\$ 8,3 milhões (3% do total gasto).

Esses poucos exemplos reforçam um ponto central no diálogo sobre orçamento público, que é o seguinte:

O destino do dinheiro do orçamento, mesmo quando o “cobertor é muito curto”, como é o caso de muitos municípios brasileiros, expressa escolhas políticas.

Os direitos só viram realidade quando são disputados e priorizados no orçamento público.

A tabela completa dos gastos você encontra no link desta cartilha.

**A QUE CONCLUSÕES VOCÊ CHEGOU AO OLHAR PARA A REALIDADE ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA? O QUE FAZER DIANTE DESSE QUADRO?**

# Caminhos para a incidência no orçamento municipal

Os muitos dados do orçamento aqui apresentados podem nos dizer muitas coisas. Uma delas, possivelmente, é que, mesmo que o orçamento próprio do município a ser aplicado em políticas sociais seja muito pequeno, é de grande importância, ainda mais diante do crescimento da extrema pobreza que se generaliza no Brasil e na região.

Se é assim, cabe perguntar se faz sentido político disputar o orçamento público municipal. Em especial, essa dúvida surge ao pensarmos

na disputa por políticas consideradas relevantes pelos grupos e movimentos sociais.

Se a resposta for sim, se essa disputa vale a pena, existem caminhos que precisam ser conhecidos e utilizados.

O orçamento público segue um rito e é guiado por leis que também estabelecem prazos e procedimentos. Veja na próxima página como é a estrutura legal do processo orçamentário:



### Projeto de Lei Orçamentária Anual

Precisa ser aprovado pelo legislativo até **22 de dezembro**.

**PLOA**

### Lei Orçamentária Anual

Estima as receitas e programa as despesas de **cada ano**.

A **LOA** é regida pelo **PPA** e pela **LDO** →

### PPA Plano Plurianual

Define estratégias, diretrizes e metas da administração pública para os próximos **4 anos**.

### LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

Traz regras para elaborar e executar o orçamento do **ano seguinte**, definindo prioridades e metas do governo.

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) são apresentadas as Receitas e Despesas a cada ano fiscal. Elas são propostas inicialmente pelo executivo ao legislativo que deve discutir o Projeto e aprová-lo.

A discussão dos Projetos de Lei Orçamentária no legislativo, no caso na Câmara Municipal, é um momento chave para a participação da sociedade. Para os direitos virarem realidade no Orçamento Público é preciso que as políticas públicas estejam escritas no orçamento, por meio de Programas, Ações, Atividades e Projetos.

O Inesc produziu uma cartilha chamada [Orçamento & Direitos](#) que traz um olhar sobre o orçamento público, tanto das receitas como das despesas, pela lente dos direitos humanos.

Lá são apresentadas informações que podem ajudar nesse caminho que parece técnico, mas é essencialmente político.

# Expediente

## Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Márcia Anita Sprandel  
Pedro de Carvalho Pontual

## Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff  
Lucas de Alencar Oliveira  
Mario Lisbôa Theodoro

**Suplente:** Roseli Faria

## Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira  
José Antonio Moroni

## Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

## Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

## Assistente da Direção

Adriana Silva Alves  
Marcela Coelho M. Esteves

## Equipe de Comunicação

Ana Carolina Soares  
Lívia Alcântara  
Sílvia Alvarez  
Thaís Vivas

## Capa e Diagramação

Tiago Stracci

## Assessoria Política

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Cleo Manhas  
Gabriela Nepomuceno  
Leila Saraiva Pantoja  
Livi Gerbase  
Márcia Acioli  
Tatiana Oliveira

## Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira

## Educador/a Social

Marcus Silva  
Thallita de Oliveira

## Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

## Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

## Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

## Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva  
Josemar Vieira dos Santos

## Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

## Estagiários/as

Cássia Cristina Pinheiro Lopes  
Icaro Sousa Abreu  
Victor Queiroz

## APOIO INSTITUCIONAL

BIC - Bank Information Center  
Charles Stewart Mott Foundation  
CLUA - Climate and Land Use Alliance  
Fastenopfer  
Fundação Avina  
Fundação Ford  
Fundação Heinrich Böll  
Fundar  
IBP - Center on Budget and Policy Priorities  
ICS - Instituto Clima e sociedade  
KNH - Kindernothilfe  
Malala Fund  
Misereor  
OSF - Open Society Foundations  
ONU Mulheres  
Oxfam Brasil  
Pepsico do Brasil  
PPM - Pão para o Mundo  
Rainforest Foundation Norway  
SAGE- New Venture Fund

## INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

**Endereço:** SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura Edifício Márcia. CEP: 70. 3037-900 Brasília/DF

**Telefone:** + 55 61 3212-0200

**E-mail:** [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)

**Página Eletrônica:** [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)



***Inesc***

[WWW.INESC.ORG.BR](http://WWW.INESC.ORG.BR)